



DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A TRAJETÓRIA DOS PROJETOS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Década de 80

É criado o Programa de Saúde do Idoso, uma iniciativa do Ministério da Saúde que reunia ações de promoção da saúde e estímulos ao autocuidado.

1984

É criado o primeiro Conselho Estadual do Idoso, no estado de São Paulo.

1994

É promulgada a Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94), após muitas reivindicações da sociedade civil.

1988

É promulgada a nova Constituição Federal, que possui artigos tratando dos idosos, mas ainda não havia na lei, políticas específicas voltadas à população idosa.

2003

É aprovado o Estatuto do Idoso, que entrou em vigência no ano seguinte.

OBJETIVO DO ESTATUTO DO IDOSO

- O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.
- Ele surgiu após movimentos sociais questionarem a falta de efetividade e a não realização de algumas medidas e ações previstas na Política Nacional do Idoso. Inspirados, também, pelos resultados gerados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, esses movimentos se mobilizaram para apresentar propostas do que se tornou o Estatuto do Idoso.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO IDOSO



SISTEMA DE GARANTIAS DO ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso estabelece um sistema de garantias, onde diversas instituições públicas trabalham em conjunto para garantir a aplicação dos direitos dos idosos.

ALGUMAS DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE GARANTIAS DO ESTATUTO DO IDOSO

Sistema Único de Saúde
(SUS)

AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

O Estatuto garante a atenção integral à saúde do idoso por meio do SUS. Esse trabalho envolve a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo atenção especial às doenças que afetam principalmente os idosos.

Também faz parte do SUS, a Vigilância Sanitária. Entre as suas responsabilidades, está regular e fiscalizar as condições sanitárias das entidades de atendimento ao idoso.

INSTITUIÇÕES	AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Poder Judiciário	É responsabilidade do Poder Judiciário determinar medidas de proteção caso a pessoa idosa seja ameaçada ou violentada. O Judiciário também atua no processo de apuração de irregularidades em entidades de atendimento.

INSTITUIÇÕES	AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Defensoria Pública	<p>A Defensoria Pública é responsável por realizar orientação jurídica e defesa dos necessitados. A importância do órgão para a garantia dos direitos dos idosos está na fragilidade econômica desse grupo de idade.</p> <p>Segundo o Censo 2010 do IBGE, cerca de 79% dos idosos possui renda de até 2 salários mínimos.</p> <p>A Defensoria Pública também oferece assistência judiciária gratuita às instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso.</p>

INSTITUIÇÕES	AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Ministério Público	<p>O Ministério Público tem autonomia para determinar medidas de proteção para resguardar a pessoa idosa violada ou ameaçada.</p> <p>De acordo com o Procurador de Justiça Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, da Coordenadoria Estadual de Defesa do Direito de Família, das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, “toda atividade judicial e extrajudicial que o Ministério Público desempenha na função de defesa da pessoa idosa diz respeito principalmente com as garantias de direitos, tanto pela sociedade, quanto pela família, quanto pelo próprio Estado”.</p>

INSTITUIÇÕES	AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Polícia Civil	Cabe à autoridade policial instaurar procedimento e apurar as responsabilidades assim que tomar conhecimento de alguma ocorrência de crime previsto no Estatuto.

INSTITUIÇÕES	AS SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
<p>Conselhos do Idoso (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais)</p>	<p>Os Conselhos do Idoso são previstos desde a Política Nacional do Idoso. Algumas das atribuições dadas a eles são:</p> <ul style="list-style-type: none">– Receber casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos;– Regular a cobrança da participação do idoso no custeio das entidades de longa permanência, ou casa-lar;– Receber e regular inscrições de entidades de atendimento e assistência ao idoso, além de fiscalizar essas entidades.

Garantir os direitos da pessoa idosa
depende de tod@s nós!





Conselho Municipal do
Idoso de Itajaí

OBRIGADA!

Danielle Sobreira

Conselho Municipal do Idoso do Itajaí

cmi@itajai.sc.gov.br

